



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2016



### Município de Riqueza

**Data de Fundação** – 12/12/1991

**População:** 4.705 habitantes (IBGE - 2016)

**PIB:** 99,83 (em milhões)  
(IBGE - 2014)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	14
4.1. Situação Patrimonial .....	14
4.2. Análise do resultado financeiro .....	15
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	21
5.1. Saúde .....	21
5.2. Ensino .....	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	23
5.2.2. FUNDEB .....	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	30
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	31
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	32
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	33
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	36
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	37
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	37
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	39

---

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010 .....	39
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF.....	44
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016.....	49
CONCLUSÃO .....	50
ANEXO .....	52
APÊNDICE.....	53

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 17/00148866</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Riqueza</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Manfred Rutzen - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2016
<b>RELATÓRIO N°</b>	953/2017

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Riqueza, relativas ao exercício de 2016.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2016 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Riqueza, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 14/08/2017 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos

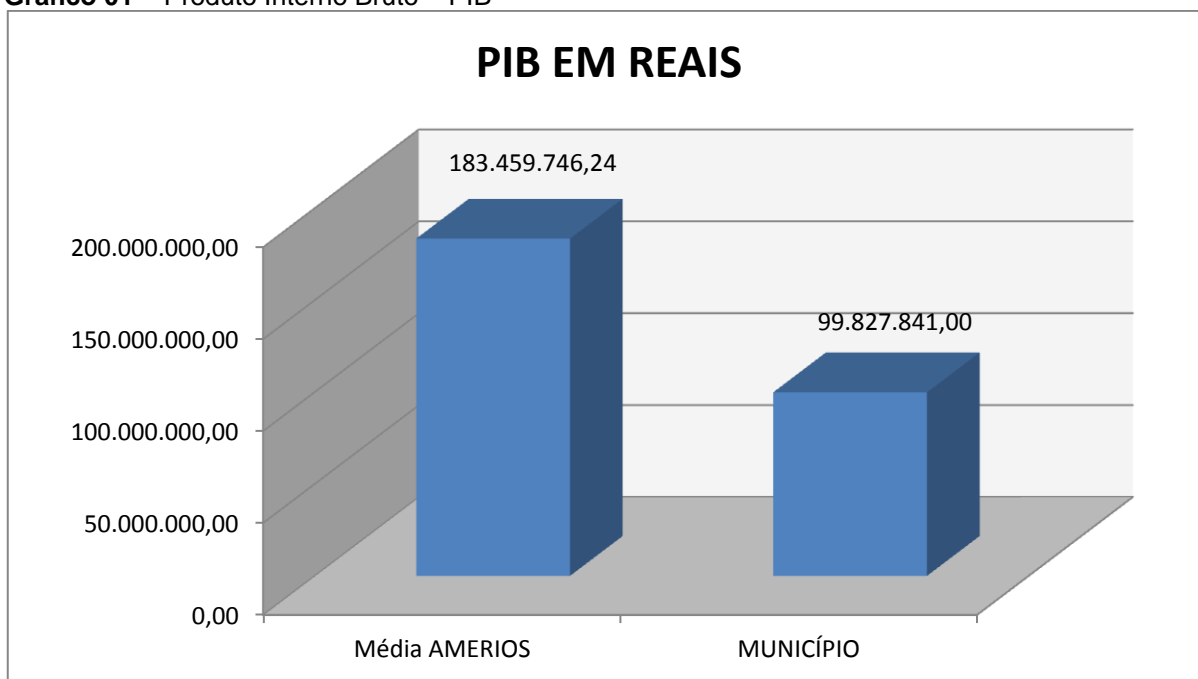
exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Riqueza tem uma população estimada em 4.705<sup>1</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,71<sup>2</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 99.827.841,00<sup>3</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 20.906,35, considerando uma população estimada em 2014 de 4.775 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



**Fonte:** IBGE – 2013

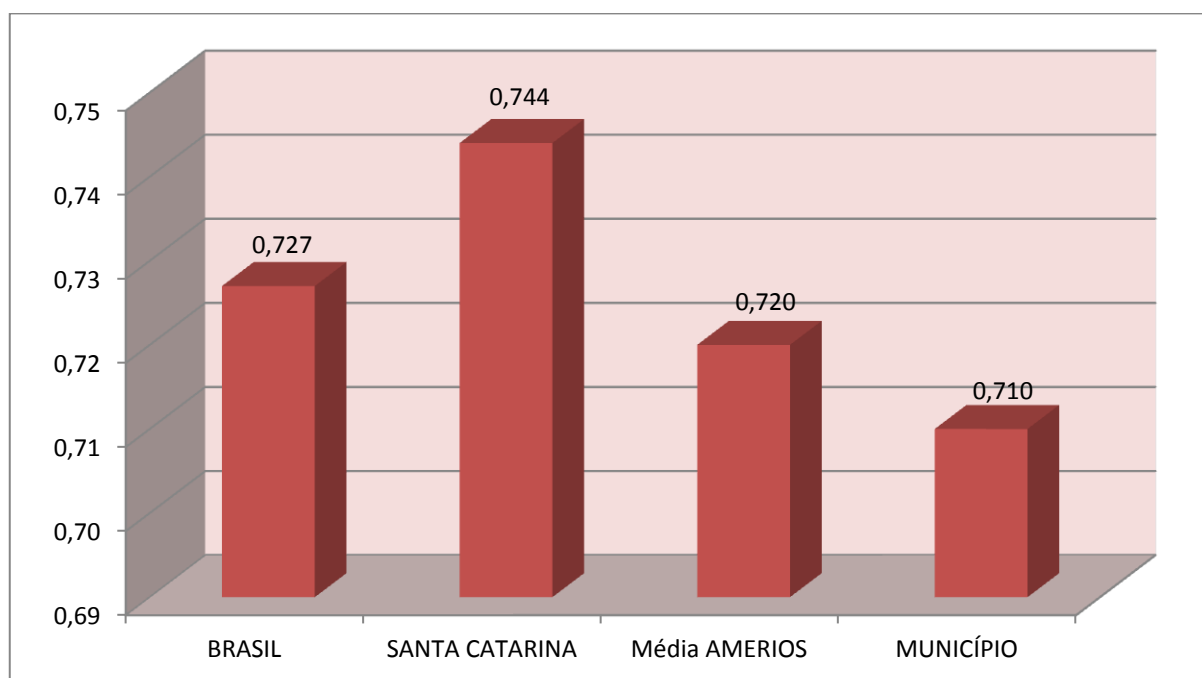
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Riqueza encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02** – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

<sup>1</sup> IBGE - 2016

<sup>2</sup> PNUD - 2010

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2014



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	640/2013	26/08/2013		11.323.610,00
LDO	711/2015	29/09/2015	DESPESA FIXADA	11.323.610,00
LOA	712/2015	29/09/2015		

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 113.466,11**, correspondendo a **0,70%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 113.466,11, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 153.550,38 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 267.016,49.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2016

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	11.323.610,00	16.213.345,23	143,18
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	16.284.961,01	16.099.879,12	98,86
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>113.466,11</b>	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Riqueza nos últimos 5 anos:

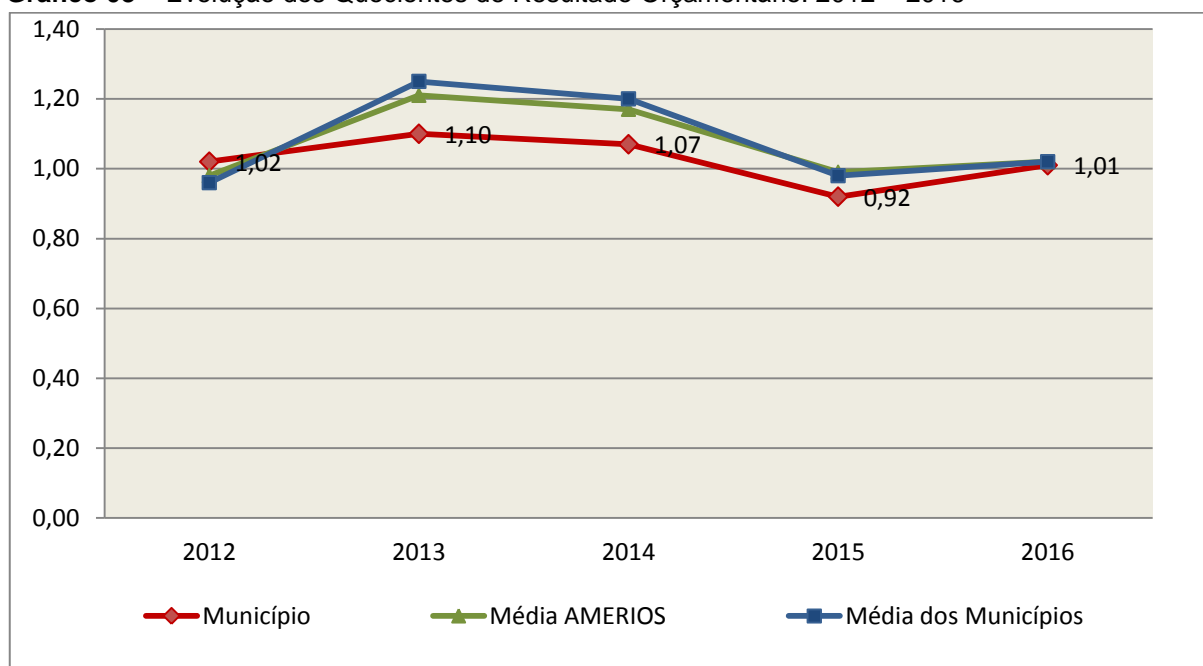
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2012-2016

ITENS / ANO		2012	2013	2014	2015	2016
1	Receita realizada	12.748.730,06	12.036.840,86	15.077.053,10	14.838.687,78	16.213.345,23
2	Despesa executada	12.499.301,67	10.991.765,09	14.039.805,99	16.156.803,27	16.099.879,12
QUOCIENTE		2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,10	1,07	0,92	1,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 16.213.345,23**, equivalendo a **143,18%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2016

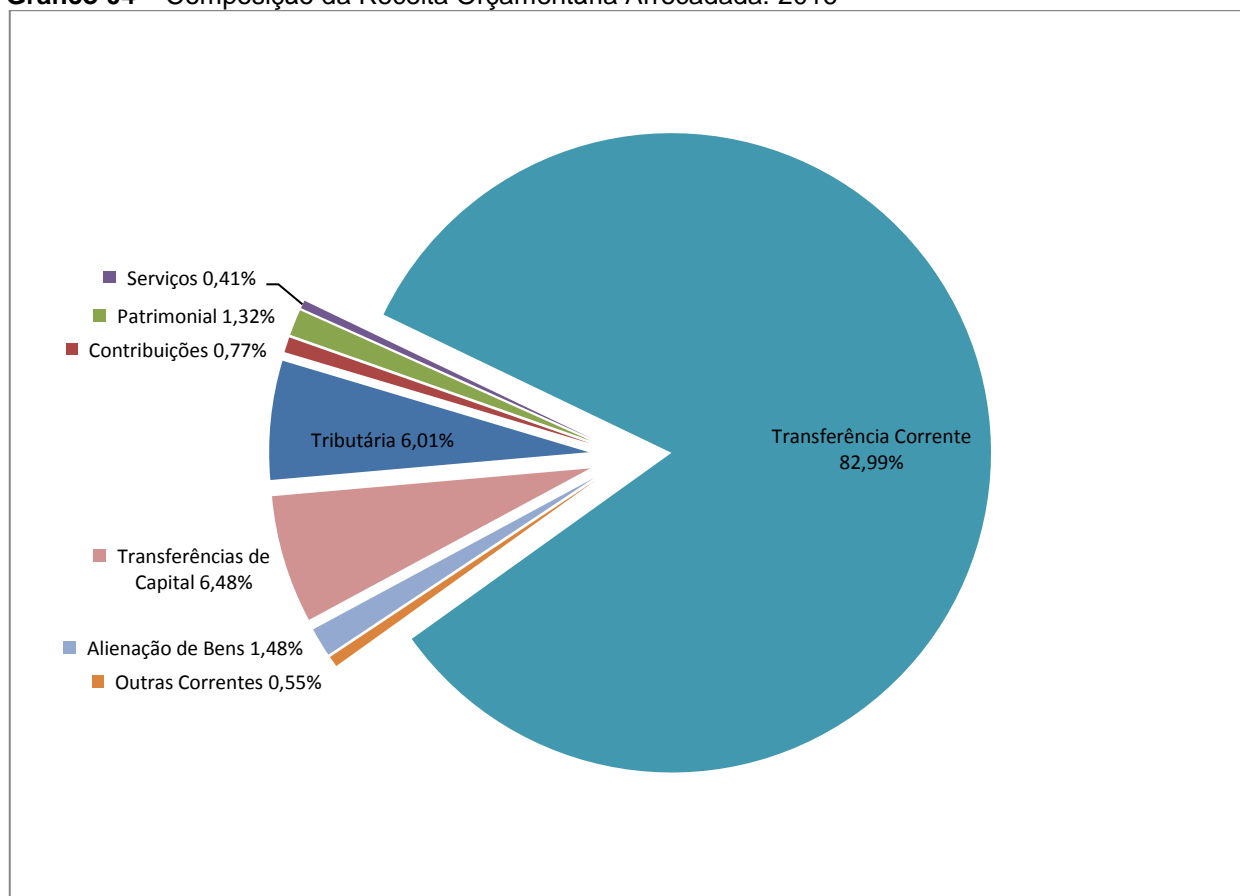
RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	619.320,00	974.408,97	157,34
Receita de Contribuições	72.000,00	124.946,23	173,54
Receita Patrimonial	15.000,00	214.031,62	1.426,88
Receita de Serviços	60.000,00	66.511,35	110,85
Transferências Correntes	10.537.190,00	13.454.692,61	127,69
Outras Receitas Correntes	20.100,00	89.320,08	444,38



RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>11.323.610,00</b>	<b>14.923.910,86</b>	<b>131,79</b>
Alienação de Bens	-	239.150,00	-
Transferências de Capital	-	1.050.284,37	-
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.289.434,37</b>	
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>11.323.610,00</b>	<b>16.213.345,23</b>	<b>143,18</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2016

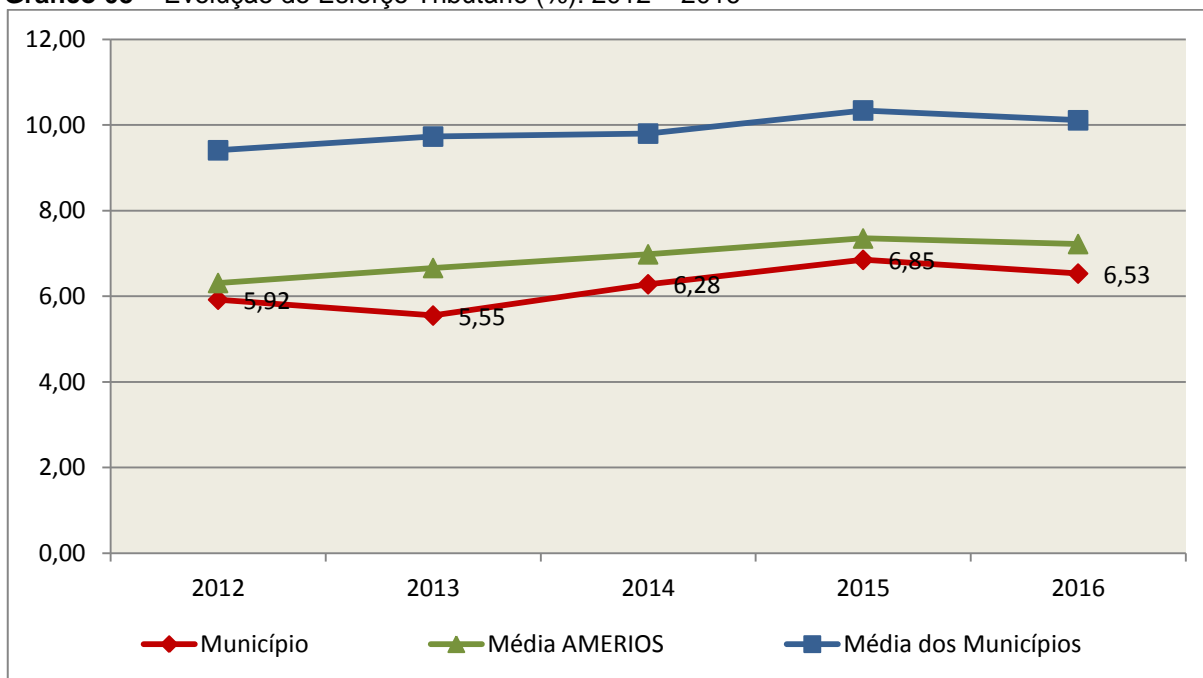


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **82,99%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2012 – 2016

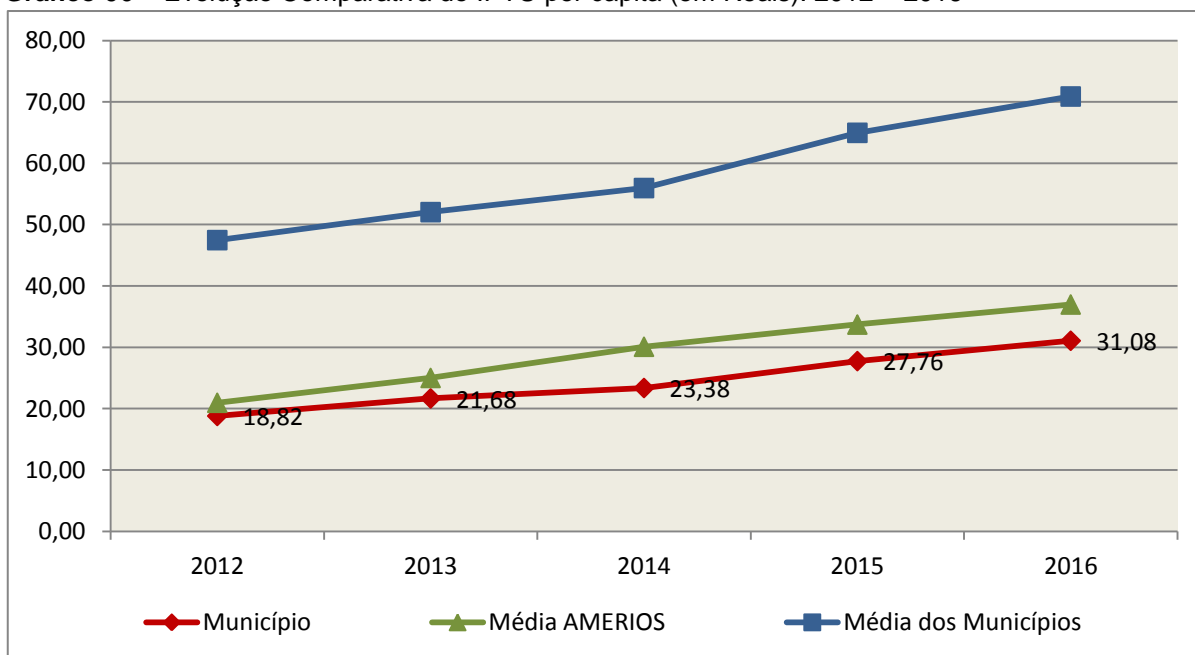


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

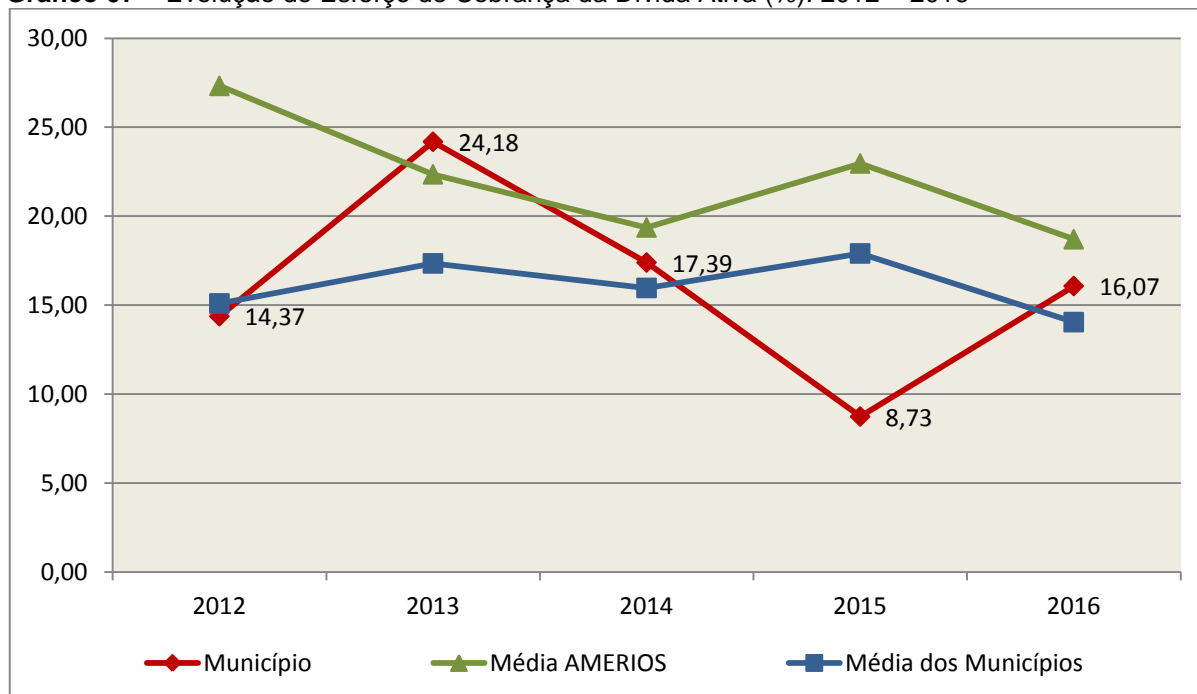
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2016

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências/Atualização	Recebimento	Transferências/Outras Baixas	Saldo Final
262.305,39	218.511,00	42.165,24	99.497,77	339.153,38

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2016

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	690.000,00	629.236,39	91,19
04-Administração	1.998.814,00	1.986.543,11	99,39
08-Assistência Social	664.717,00	639.180,81	96,16
10-Saúde	3.584.112,00	3.563.078,19	99,41

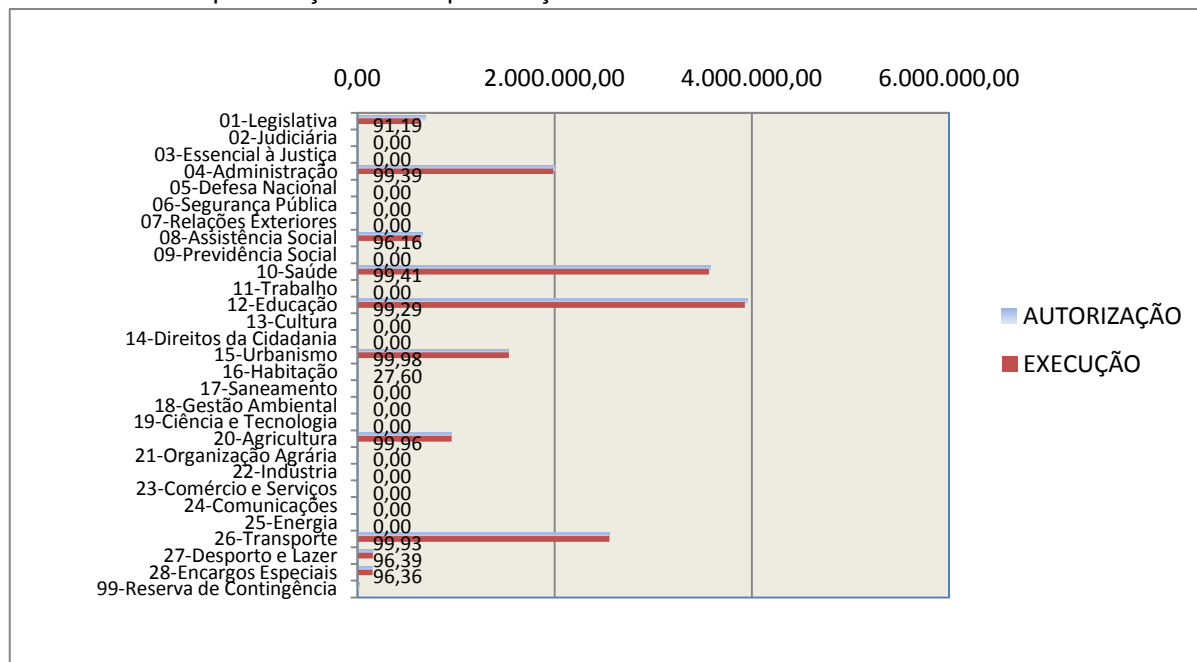
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
12-Educação	3.956.157,65	3.928.233,49	99,29
15-Urbanismo	1.535.215,84	1.534.898,87	99,98
16-Habitação	5.000,00	1.380,00	27,60
20-Agricultura	955.705,00	955.369,72	99,96
26-Transporte	2.556.528,12	2.554.794,15	99,93
27-Desporto e Lazer	161.711,40	155.878,76	96,39
28-Encargos Especiais	157.000,00	151.285,63	96,36
99-Reserva de Contingência	20.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>16.284.961,01</b>	<b>16.099.879,12</b>	<b>98,86</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2016



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2012 – 2016**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016
01-Legislativa	336.225,01	440.373,90	430.280,97	605.507,21	629.236,39
04-Administração	1.264.982,56	1.300.459,80	1.606.773,22	1.787.615,62	1.986.543,11
08-Assistência Social	706.756,88	569.299,57	641.545,58	672.300,03	639.180,81
10-Saúde	2.460.521,73	2.568.975,31	3.616.001,02	3.083.289,81	3.563.078,19
12-Educação	3.677.724,15	2.875.967,13	3.206.543,17	3.478.966,75	3.928.233,49
15-Urbanismo	1.423.919,81	515.331,53	1.472.248,08	3.017.614,29	1.534.898,87
16-Habitação	-	-	-	1.900,00	1.380,00
20-Agricultura	358.950,67	460.766,48	997.607,65	854.913,73	955.369,72
26-Transporte	1.930.147,57	1.554.703,24	1.813.102,16	2.252.637,53	2.554.794,15
27-Desporto e Lazer	164.103,32	49.080,43	120.409,58	270.963,30	155.878,76
28-Encargos Especiais	175.969,97	656.807,70	135.294,56	131.095,00	151.285,63
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>12.499.301,67</b>	<b>10.991.765,09</b>	<b>14.039.805,99</b>	<b>16.156.803,27</b>	<b>16.099.879,12</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2016**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	146.221,41	1,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	207.270,92	1,68
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	267.914,29	2,17
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	107.594,84	0,87
Cota do ICMS	4.001.510,14	32,34
Cota-Parte do IPVA	323.152,68	2,61
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	57.181,63	0,46
Cota-Parte do FPM	6.721.901,99	54,32
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	496.065,05	4,01
Cota do ITR	3.974,06	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.962,76	0,13
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	17.467,66	0,14
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	7.680,52	0,06
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)</b>	<b>12.373.897,95</b>	<b>100,00</b>

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	496.065,05	
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)</b>	<b>11.877.832,90</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	17.148.645,24
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.224.734,38
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>14.923.910,86</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Riqueza (em Reais): 2016

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE	1.811.751,12	2.298.122,14	PASSIVO CIRCULANTE	890.257,60	1.115.178,76
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.697.741,13	1.904.307,75	Obrigações Trabalhistas, Prev Curto Prazo	735.517,60	865.515,80
Créditos a Curto Prazo	114.009,99	388.989,43	Fornecedores e Contas a Pag	154.740,00	249.662,96
Créditos Tributários a Receber	114.009,99	146.889,43			
Créditos de Transferências a Receber	-	242.100,00			

ATIVO	2015	2016	PASSIVO	2015	2016
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	-	4.824,96			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>22.586.007,18</b>	<b>24.943.817,78</b>			
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	<b>262.305,39</b>	<b>339.153,38</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>890.257,60</b>	<b>1.115.178,76</b>
Créditos a Longo Prazo	262.305,39	339.153,38			
Dívida Ativa Tributária	60.556,95	81.127,49			
Dívida Ativa Não Tributária	201.748,44	258.025,89			
<u>Imobilizado</u>	22.323.701,79	24.604.664,40			
Bens Móveis	8.502.722,80	9.402.967,93			
Bens Imóveis	13.820.978,99	15.201.696,47	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.507.500,70</b>	<b>26.126.761,16</b>
			Resultados Acumulados	23.507.500,70	26.126.761,16
			Resultado do Exercício	1.870.637,05	2.620.833,17
			Resultado de Exercícios Anteriores	21.896.879,22	23.507.500,70
			Ajustes de exercícios anteriores	-260.015,57	-1.572,71
<b>TOTAL</b>	<b>24.397.758,30</b>	<b>27.241.939,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>24.397.758,30</b>	<b>27.241.939,92</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.653.944,79** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,13** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 113.466,11** passando de um Superávit de R\$ 1.540.478,68 para um Superávit de **R\$ 1.653.944,79**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.129.765,34**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2015 - 2016

<b>Grupo Patrimonial</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Variação</b>
Ativo Financeiro	1.697.741,13	1.904.307,75	206.566,62
Passivo Financeiro	157.262,45	250.362,96	93.100,51
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>1.540.478,68</b>	<b>1.653.944,79</b>	<b>113.466,11</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2016, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão



consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Riqueza, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	0,00	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-621.645,86	DÉFICIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-315.538,52	DÉFICIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65	SUPERAVIT
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14	SUPERAVIT
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ - 576.756,32	14.669,15	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 591.425,47		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-117.141,60	DÉFICIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	51.918,03	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	123.887,93	SUPERAVIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	69.004,84	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	1.612,11	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	467.957,22	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
<b>TOTAL RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>-118.994,74</b>	
00 - Recursos Ordinários	1.772.939,53	SUPERAVIT
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>1.772.939,53</b>	

Fonte: e-Sfinge

Obs.: As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal, foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2012 – 2016**

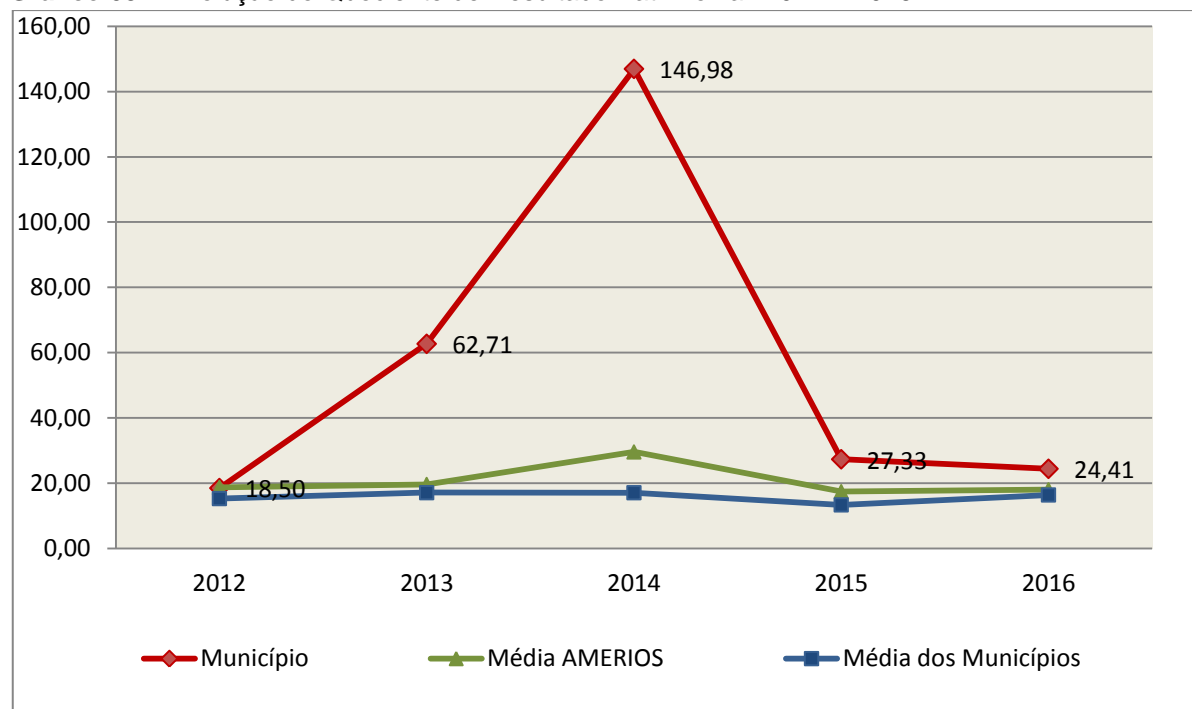
ITENS / ANO	2012	2013	2014	2015	2016
1 Despesa Executada	12.499.301,67	10.991.765,09	14.039.805,99	16.156.803,27	16.099.879,12
2 Restos a Pagar	13.900,00	0,00	150.000,00	157.262,45	250.362,96
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.048.886,01	2.098.721,14	3.008.594,17	1.697.741,13	1.904.307,75
4 Passivo Financeiro Ajustado	279.914,72	277.374,08	150.000,00	157.262,45	250.362,96
5 Ativo Real	14.698.689,43	17.394.019,56	22.046.879,22	24.397.758,30	27.241.939,92
6 Passivo Real	794.618,40	277.374,08	150.000,00	892.780,05	1.115.878,76
QUOCIENTES	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Patrimonial (5÷6)	18,50	62,71	146,98	27,33	24,41
Situação Financeira (3÷4)	3,75	7,57	20,06	10,80	7,61
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,11	0,00	1,07	0,97	1,56

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2012 – 2016**



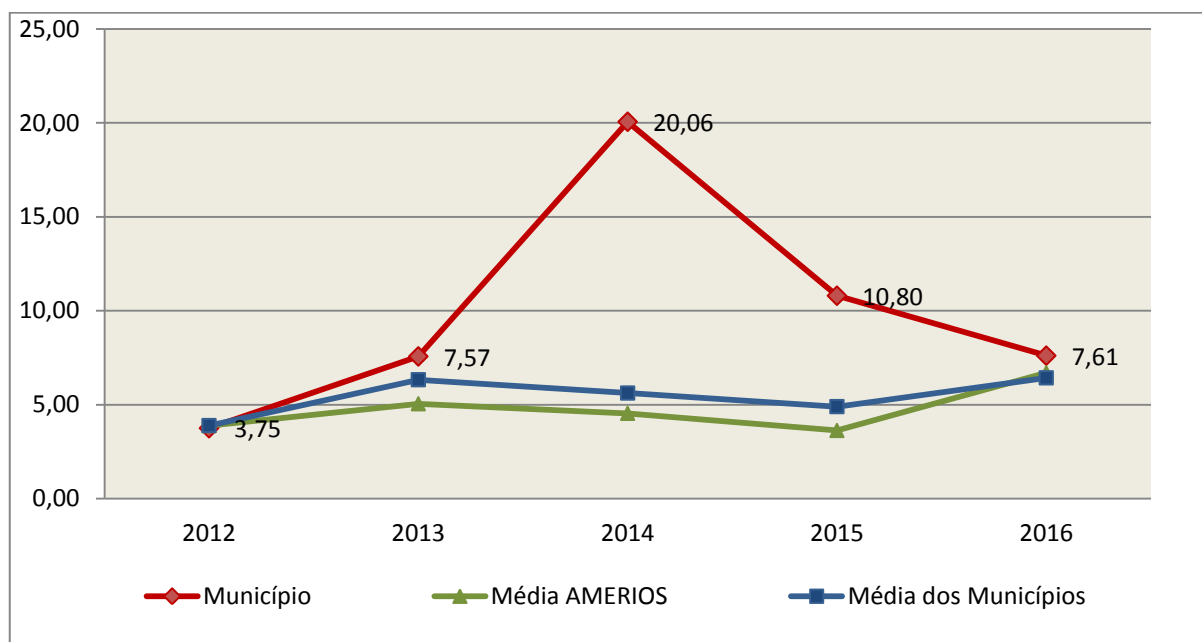
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2016 o Ativo Real apresenta-se **24,41** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

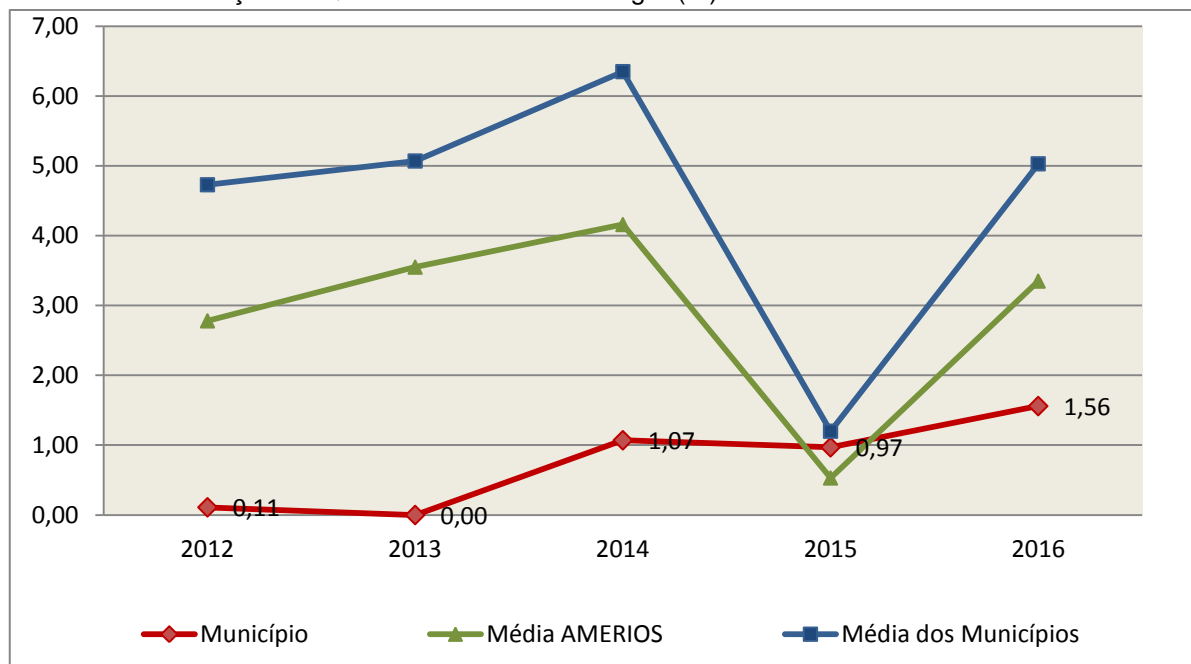
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2016 o Ativo Financeiro representa **7,61** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Riqueza é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **1,56%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2016 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.097.516,79** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **17,66%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 315.841,85**, representando **2,66%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2016

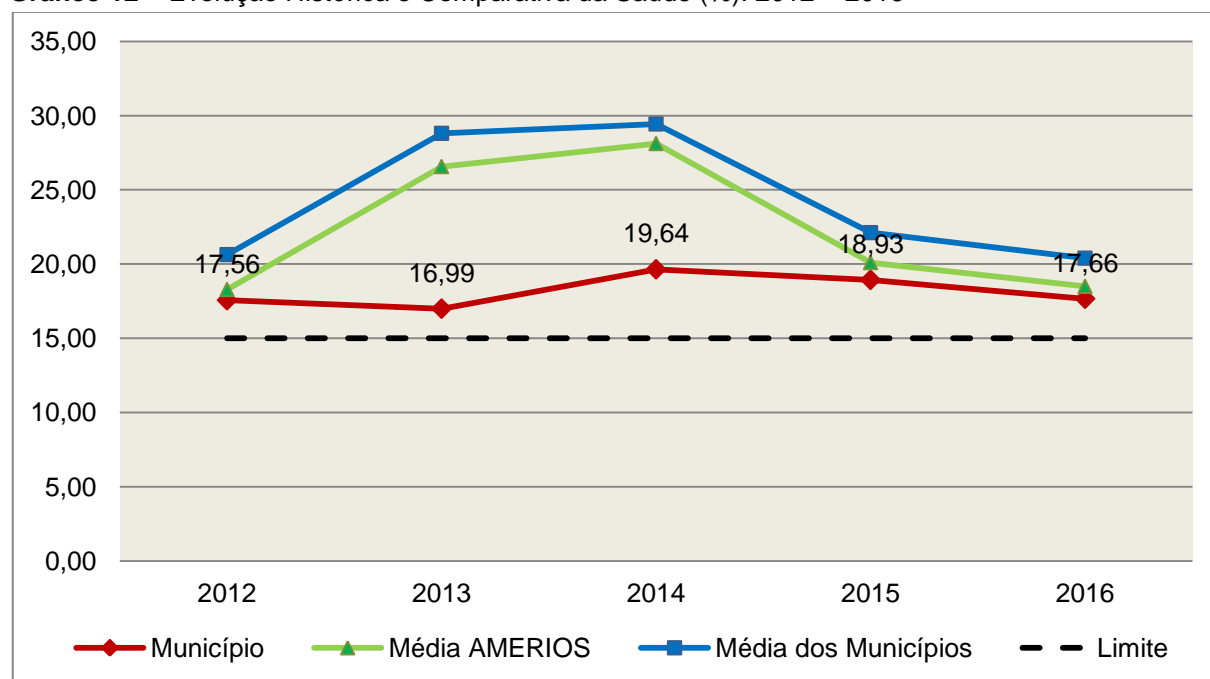
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>11.877.832,90</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.563.078,19	30,00
Atenção Básica	3.549.620,63	29,88
Vigilância Sanitária	13.457,56	0,11
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.465.561,40	12,34
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>2.097.516,79</b>	<b>17,66</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.781.674,94	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>315.841,85</b>	<b>2,66</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Riqueza em 2016 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2016) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.447.941,80** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,86%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 354.467,31**, representando **2,86%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2016

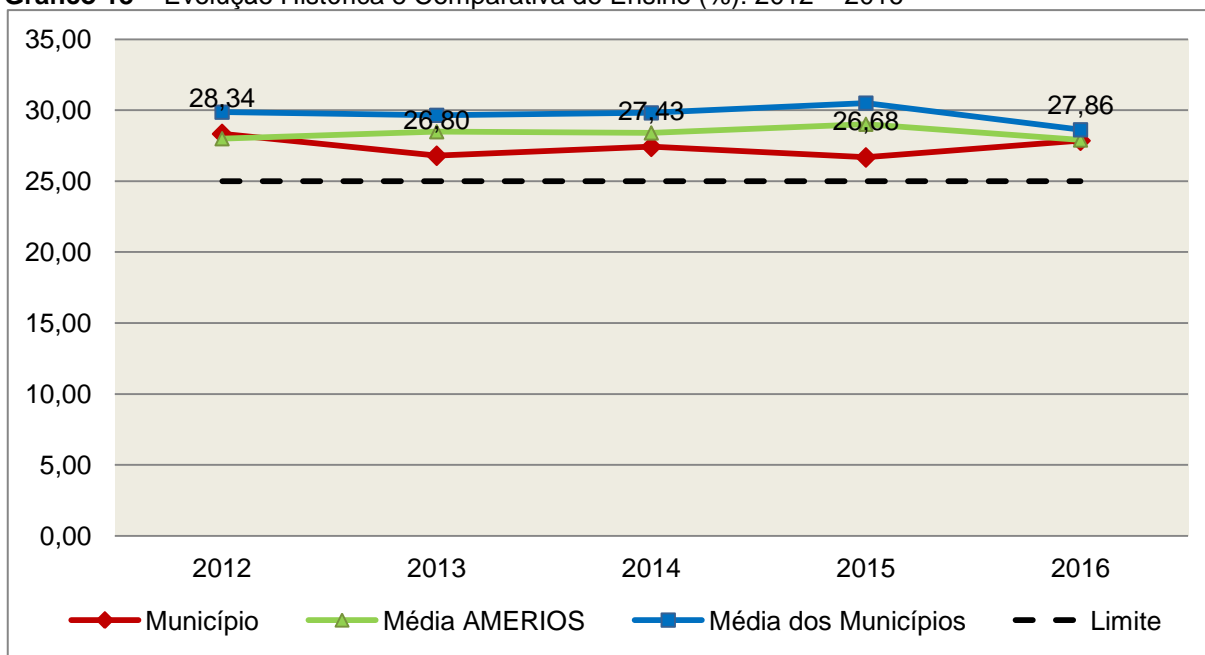
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>12.373.897,95</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>793.546,88</b>	<b>6,41</b>
Educação Infantil	793.546,88	6,41
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>3.134.686,61</b>	<b>25,33</b>
Ensino Fundamental	3.134.686,61	25,33
<b>(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*</b>	<b>480.291,69</b>	<b>3,88</b>
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>3.447.941,80</b>	<b>27,86</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	3.093.474,49	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>354.467,31</b>	<b>2,86</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Riqueza em 2016 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.551.463,36**, equivalendo a **95,71%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:



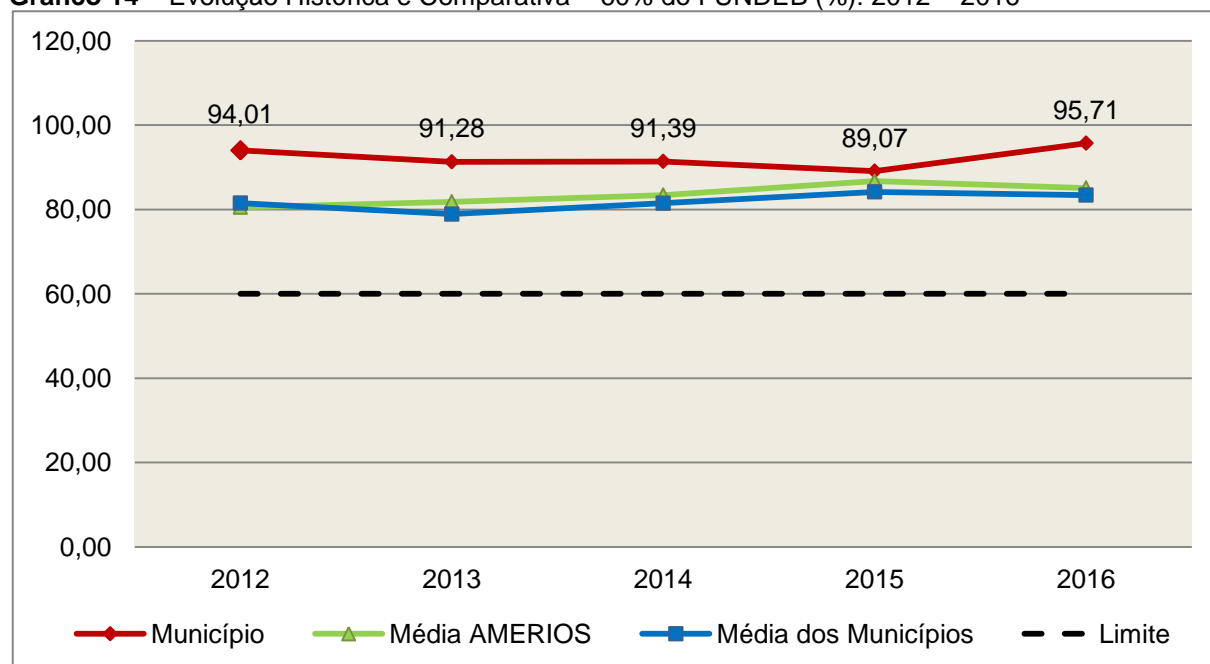
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.614.020,54
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	6.974,93
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.620.995,47</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	972.597,28
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	1.551.463,36
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>578.866,08</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.606.326,32**, equivalendo a **99,10%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2016

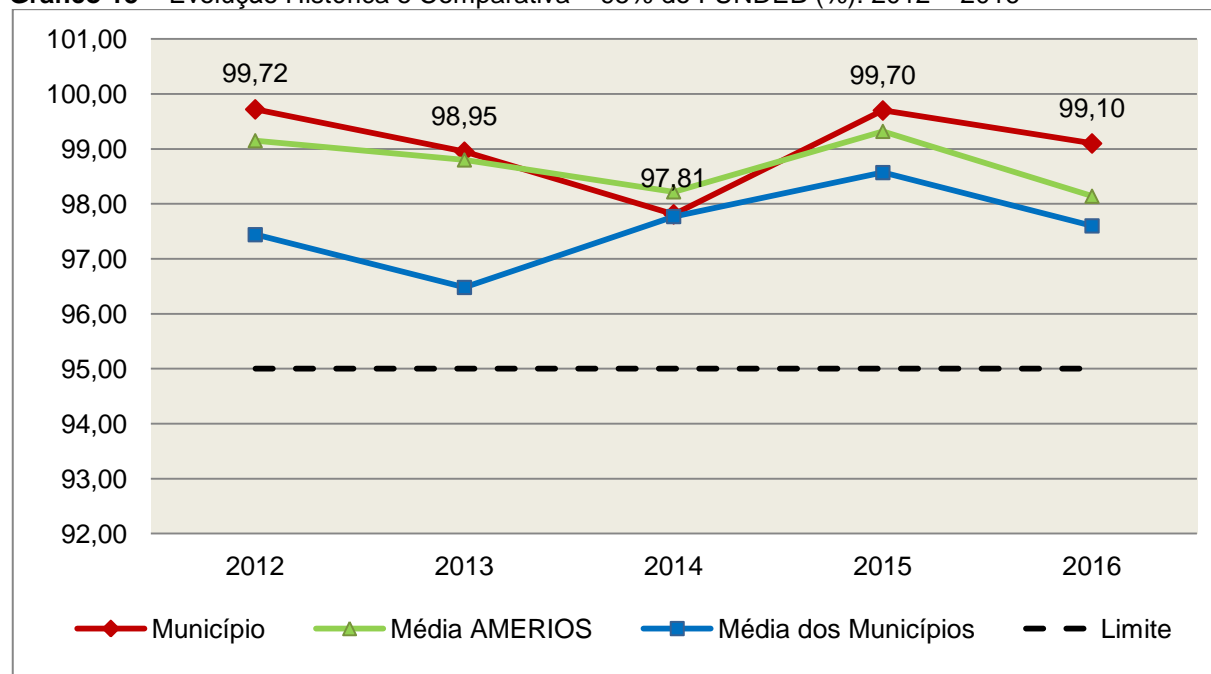
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.620.995,47</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	1.539.945,70
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.606.326,32
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>66.380,62</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise,

o Município de Riqueza reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 4.745,80, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2016:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2016	14.669,15
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>14.669,15</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>14.923.910,86</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.954.346,52	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.562.404,92	43,97
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	489.670,06	3,28
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>7.052.074,98</b>	<b>47,25</b>

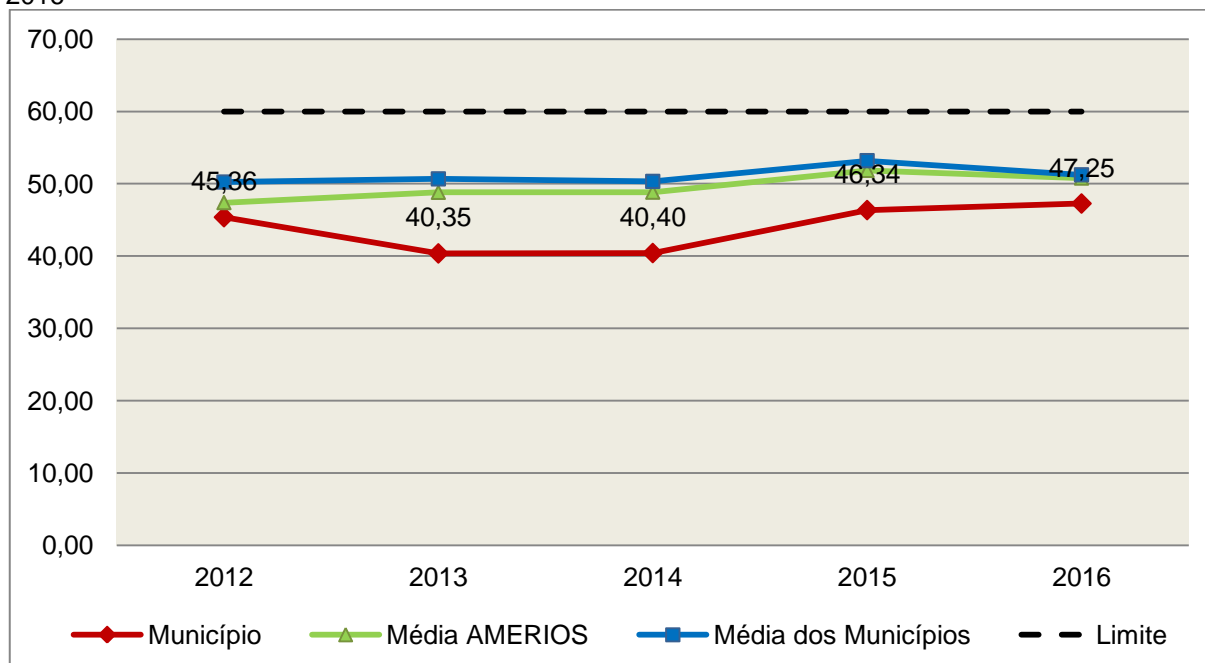
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.902.271,54	12,75
------------------------------	--------------	-------

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **47,25%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2012 – 2016



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Riqueza, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>14.923.910,86</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.058.911,86	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.562.404,92	43,97
Pessoal e Encargos*	6.562.404,92	43,97
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.562.404,92</b>	<b>43,97</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.496.506,94	10,03

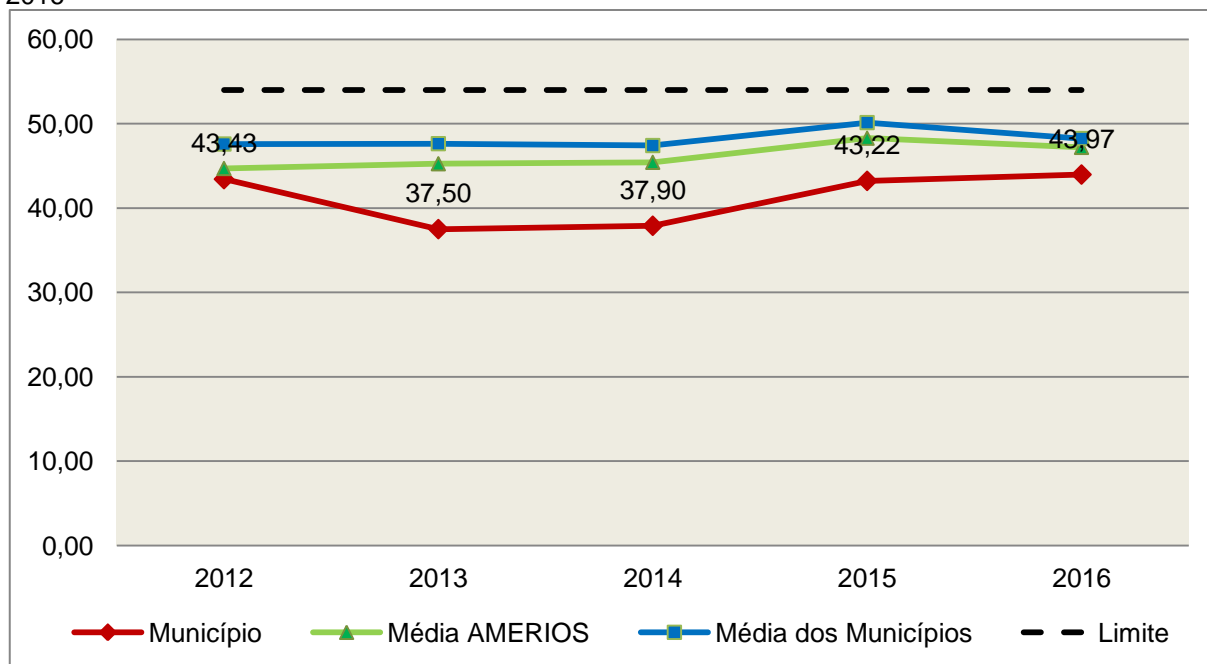
**Fonte:** \* Sistema e-Sfinge/4 Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2012 – 2016



4 Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais 6ª edição, publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br/pt/web/stn/mdf>

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2016

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>14.923.910,86</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	895.434,65	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	489.670,06	3,28
Pessoal e Encargos*	489.670,06	3,28
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>489.670,06</b>	<b>3,28</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	405.764,59	2,72

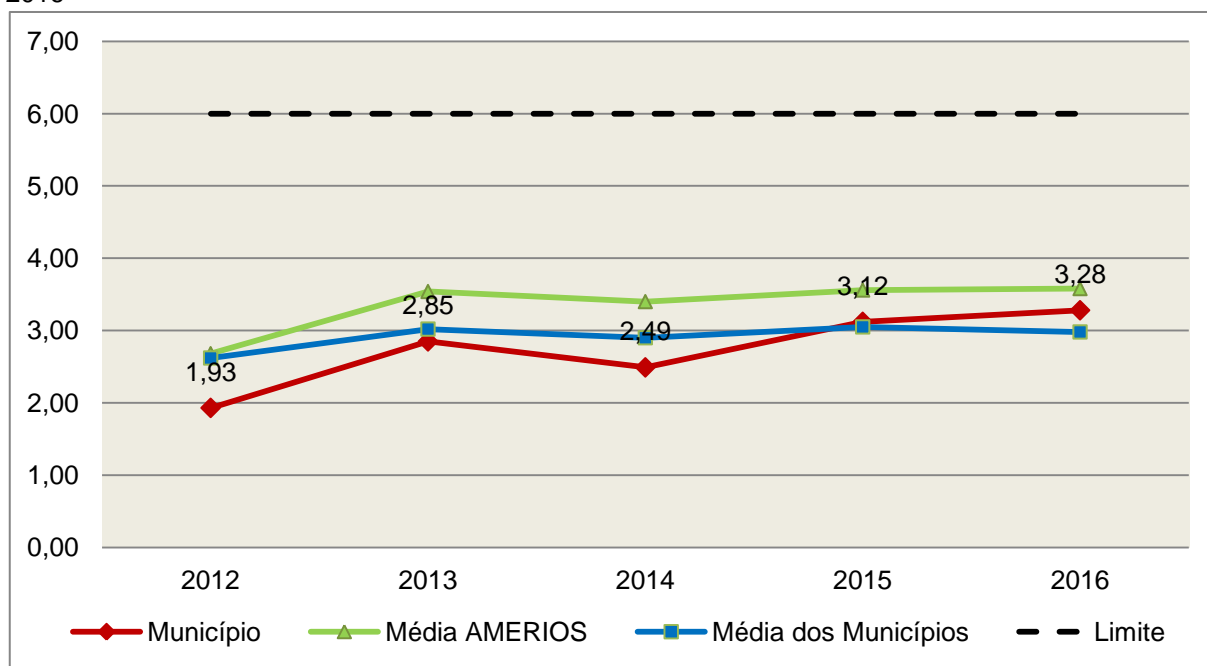
**Fonte:** \* Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,28%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2012 – 2016



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

- a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.
- b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

## **6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)**

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;



e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e

competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas.

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### **6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

#### **6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)**

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas.

## 6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Riqueza**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas.

## 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.



Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Riqueza**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b>	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>CUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 24/04/2017.

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 553, de 22 de dezembro de 2014, que "aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados e respectiva destinação específica.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- a) destinação vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades estabelecidas pela norma<sup>i</sup>. Ex.: FR 09 – Fia Imposto de Renda e FR 89 – Alienação de Bens destinados a outros programas;
- b) destinação ordinária: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades <sup>ii</sup>(FR 00 – Recursos Ordinários).

No que tange aos recursos disponíveis para cobertura dos compromissos contraídos, objeto de verificação do cumprimento do art. 42 da L.C. 101/00, considera-se Disponibilidade de Caixa Bruta:

- a) Caixa – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira de numerário e de outros valores em tesouraria;

b) Bancos – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira em bancos;

c) Aplicações Financeiras – O saldo, em 31 de dezembro do exercício de referência, da disponibilidade financeira referente a aplicações financeiras. No caso dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores, as aplicações financeiras equivalem ao grupo Investimentos, conforme plano de contas aplicado aos RPPS.

d) Outras Disponibilidades Financeiras – O saldo total, em 31 de dezembro do exercício de referência, de outras disponibilidades financeiras, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não existam restrições para uso imediato.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

a) Para a disponibilidade de caixa bruta: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas do Ativo Financeiro com atributo F (1.1.1.X.X.XX.XX – Caixa e Equivalente de Caixa; 1.1.3.8.x.08.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago; 1.1.3.8.X.09.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago; 1.1.3.8.X.10.00 – Auxílio Natalidade Pago a Recuperar; 1.1.3.8.X.11.00 – Créditos a Receber por Reembolso de Auxílio Doença e Acidentes Pagos) em 31/12/2016.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto nas contas com atributo F das Classes 1 – Ativo e 2 – Passivo como nas contas 7.2.1.X.X.XX.XX – Disponibilidades por Destinação e 8.2.1.X.X.XX.XX – Execução das Disponibilidades por Destinação das Classes 7 – Controles Devedores e 8 – Controles Credores, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

b) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2016 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2016) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2016.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2016 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo com atributo F), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas

existentes registradas no Passivo com atributo F, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

a) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2016, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

b) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2016, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a data da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

c) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2016 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

d) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2016, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: inspeções; resposta do ofício circular n.º 1.815/2017; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, informações da Ouvidoria e Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Riqueza, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 21 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)**

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Cumpriu / Descumpriu</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	0,00	<b>CUMPRIU</b>
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	-621.645,86	<b>DESCUMPRIU</b>
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	-315.538,52	<b>DESCUMPRIU</b>
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	<b>CUMPRIU</b>
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	<b>CUMPRIU</b>
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	<b>CUMPRIU</b>
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	0,00	<b>CUMPRIU</b>
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	124,61	<b>CUMPRIU</b>
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	814,40	<b>CUMPRIU</b>
09 - FIA Imposto de Renda	28.041,41	<b>CUMPRIU</b>
10 - Convênio de Trânsito - Militar	25.498,13	<b>CUMPRIU</b>
11 - Convênio de Trânsito - Civil	14.698,65	<b>CUMPRIU</b>
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	11.949,14	<b>CUMPRIU</b>
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ -576.756,32	14.669,15	<b>CUMPRIU</b>
19 -Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 591.425,47		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	0,00	<b>CUMPRIU</b>
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	-117.141,60	<b>DESCUMPRIU</b>
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	51.918,03	<b>CUMPRIU</b>
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	123.887,93	<b>CUMPRIU</b>
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	117.145,67	<b>CUMPRIU</b>
36 - Salário-Educação	69.004,84	<b>CUMPRIU</b>
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	1.612,11	<b>CUMPRIU</b>
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	467.957,22	<b>CUMPRIU</b>
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	<b>CUMPRIU</b>
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	<b>CUMPRIU</b>

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Descumpriu
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	CUMPRIU
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	CUMPRIU
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	CUMPRIU
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	8.009,95	CUMPRIU
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	0,00	CUMPRIU
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	CUMPRIU
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	0,00	CUMPRIU
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	0,00	CUMPRIU
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	0,00	CUMPRIU
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	CUMPRIU
80 - Outras Especificações	0,00	CUMPRIU
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	CUMPRIU
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	CUMPRIU
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	CUMPRIU
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	CUMPRIU
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	CUMPRIU
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	CUMPRIU
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-1.054.325,98</b>	
00 - Recursos Ordinários	1.773.639,53	CUMPRIU
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>1.773.639,53</b>	

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias, resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior, verificou-se que o Poder Executivo do Município de Riqueza contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS às Fontes de Recursos (FR 01 – R\$ 621.645,86, FR 02 – R\$ 315.538,52 e FR 32 – R\$ 117.141,60), no montante de R\$ 1.054.325,98, ressaltando que, a referida insuficiência foi absorvida totalmente pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no montante de R\$ 1.773.639,53, restando evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.



## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2016

### Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis <b>demonstram adequadamente</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 113.466,11
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 1.653.944,79
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	17,66%
4.2) Ensino	25,00%	27,86%
4.3) FUNDEB	60,00%	95,71%
	95,00%	99,10%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	47,25%
b) Poder Executivo	54,00%	43,97%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,28%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	<b>CUMPRIU</b>	
4.6) Artigo 42 da L.C. n° 101/00	<b>CUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2016 do Município de Riqueza**.

Diante da ausência de restrições neste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 23/08/2017.

JULIO CESAR DE MELO  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 23/08/2017.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	1.464.232,89
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.328,51
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>1.465.561,40</b>

### Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	266.408,61
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	10.257,23
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	674.238,61
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	133.126,15
Resultado líquido das transferências do Fundeb	-610.713,84
Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb	6.974,93
<b>Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional</b>	<b>480.291,69</b>



## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2016	301	111.231,03	111.231,03	111.231,03
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	301	1.339.544,30	1.339.544,30	1.339.544,30
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2016	304	13.457,56	13.457,56	13.457,56
<b>TOTAL</b>			<b>1.464.232,89</b>	<b>1.464.232,89</b>	<b>1.464.232,89</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	925	01/09/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	20,67	20,67	20,67	Aquisicao de generos de alimentacao 13 kg Bolo para reuniao dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	687	16/07/2016	COOPERATIVA A1	31,99	31,99	31,99	Aquisicao de generos de alimentacao Bombom lacta Ouro Branco 01 kg 210 para reposicao encontro gestantes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	120	22/02/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	168,00	168,00	168,00	Aquisicao de generos de alimentacao Cuca recheada para reunioes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	639	01/07/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	725,47	725,47	725,47	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolacha Cuca Recheada Kg Bolo Sabores Pao de cachorro quente para reposicao encontro dos idosos
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	773	01/08/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	60,42	60,42	60,42	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolo para encontro gestantes dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1222	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	111,36	111,36	111,36	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolo Sabores Cuca Recheada Pasteizinhos para reposicao dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	173	01/03/2016	COOPERATIVA A1	6,90	6,90	6,90	Aquisicao de generos de alimentacao Refrig Laranja 30gr Pipoca Yoki c sal para reposicao encontro sebrae dpto de saude municipal
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	695	16/07/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	47,70	47,70	47,70	Bolo recheadoAquisicao de pecas para reposicao em encontro de gestantes dpto de saude municipal

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Riqueza	impostos: Saúde				LTDAME				
Fundo Municipal de Saúde de Riqueza	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	428	12/05/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	156,00	156,00	156,00	Cuca recheada mediaAquisicao de generos de alimentacao para reuniao dpto de saude municipal
<b>TOTAL</b>						<b>1.328,51</b>	<b>1.328,51</b>	<b>1.328,51</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	365	118.495,33	118.495,33	118.495,33
36 - Salário-Educação	2016	365	45.105,13	45.105,13	45.105,13
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	365	48.897,22	48.897,22	48.897,22
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2016	365	53.910,93	53.910,93	53.910,93
<b>TOTAIS</b>			<b>266.408,61</b>	<b>266.408,61</b>	<b>266.408,61</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4473	20/10/2016	CELSON GALLON ME	3.311,54	3.311,54	3.311,54	Aquisicao de generos alimenticios extato tomate macarao gelatina e outros merenda escolar
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2144	01/06/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.596,00	1.596,00	1.596,00	Aquisicao de generos de alimentacao almocoms para funcionarios em atividade no interior do municipio dpto do drm
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2377	20/06/2016	ZENIRO JOSE POHLMANN	1.040,00	1.040,00	1.040,00	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Alfaca Geleia de Fruta laranja repolho para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2582	01/07/2016	AMELIA BRELINGER	504,97	504,97	504,97	Aquisicao de generos de alimentacao Alfaca Chuchu laranja Mandioca sem casca PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2538	01/07/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.197,00	1.197,00	1.197,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almocoms para funcionarios motoristas em atividade dpto de Educacao

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2583	01/07/2016	CLEITON VEITZ	285,00	285,00	285,00	Aquisicao de generos de alimentacao Bolacha Caseira PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2581	01/07/2016	LURDES ANTUNES SOARES	320,00	320,00	320,00	Aquisicao de generos de alimentacao Laranja PNAE para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2580	01/07/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.828,72	1.828,72	1.828,72	Aquisicao de generos de alimentacao Sal refin 01kg Achocolatado 01kg Tomate 01kg Vinagre 03lt e outros para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4477	20/10/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	174,00	174,00	174,00	Aquisicao de produtos alimenticios cuca e bolo comemoracao dia da crianca 12 de outubro nas escolas municipais
<b>TOTAL</b>						<b>10.257,23</b>	<b>10.257,23</b>	<b>10.257,23</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	2016	361	313.954,14	313.954,14	71.854,14
36 - Salário-Educação	2016	361	170.464,57	170.464,57	170.464,57
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2016	361	70.317,27	70.317,27	70.317,27
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2016	361	119.502,63	119.502,63	119.502,63
<b>TOTAL</b>			<b>674.238,61</b>	<b>674.238,61</b>	<b>432.138,61</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4246	18/10/2016	ELENIR BRESSAN ME	610,00	610,00	610,00	Aquisicao de flores p ornamentacao destinados a reuniao encontro dos professores dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4977	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	6.762,29	6.762,29	6.762,29	Aquisicao de generos de alimentacao Abacaxi Und Arroz Fazenda 05kg Carne bovina kg batata monaliza kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1277	01/04/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	2.060,72	2.060,72	2.060,72	Aquisicao de generos de alimentacao Achocolatado 01kg Biscoito salgado 800gr Colorau daju 500gr Tomate kg Vinagre 03lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									Educação
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1662	25/04/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.849,46	3.849,46	3.849,46	Aquisicao de generos de alimentacao Acucar cristal 05kg Carne Bovina Moida Abacaxi medio para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4978	01/12/2016	ROSIMERI BORGES ROVERSI	777,45	777,45	777,45	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Couve Flor Mandioca sem casca para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4979	01/12/2016	ROSA REICHERT	328,00	328,00	328,00	Aquisicao de generos de alimentacao agricultura familiar Mamao para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3852	16/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	59,40	59,40	59,40	Aquisicao de generos de alimentacao Agua danferrana sem gas 20lt para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2213	01/06/2016	ROSIMERI BORGES ROVERSI	860,64	860,64	860,64	Aquisicao de generos de alimentacao Alface brocolis com folhas couve flor da agricultura familiar para alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3722	01/09/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	2.359,02	2.359,02	2.359,02	Aquisicao de generos de alimentacao Algoodao 50gr Toalha de rosto sacos para lixo 50lt escova sanitaria c sup para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3095	01/08/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.672,00	1.672,00	1.672,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para funcionarios motoristas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4617	07/11/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.554,00	1.554,00	1.554,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3624	01/09/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.634,00	1.634,00	1.634,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos para motoristas transporte escolar dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4141	03/10/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.722,00	1.722,00	1.722,00	Aquisicao de generos de alimentacao Almoccos parta motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4142	03/10/2016	CELSO GALLON ME	2.074,00	2.074,00	2.074,00	Aquisicao de generos de alimentacao Apresentado c 05kg Queijo mussarela 05kg Massa de pastel 500gr para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4557	03/11/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.816,00	1.816,00	1.816,00	Aquisicao de generos de alimentacao Balas sortidas 560gr Bombom de valsa 01kg para alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4555	03/11/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	2.806,03	2.806,03	2.806,03	Aquisicao de generos de alimentacao Bebida Moranga 900gr Tomate Abacaxi Carne bovina biscoito 400gr Cenoura kg para reposicao aos alunos dpto de Educacao



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4980	01/12/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	4.219,44	4.219,44	4.219,44	Aquisicao de generos de alimentacao Biscoito cran crack Carne bovina Moida Acucar cristal 05kg Farinha flor do oeste para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3968	20/09/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.615,22	3.615,22	3.615,22	Aquisicao de generos de alimentacao Biscoito crean 740gr carne bovina moida Mortadela frimesa farinha flor do oeste 05kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4244	18/10/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	89,70	89,70	89,70	Aquisicao de generos de alimentacao Bombom serenata de amor garoto 1kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3484	15/08/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	4.372,04	4.372,04	4.372,04	Aquisicao de generos de alimentacao Carne bovina moida Mortadela frimesa Achocolatado em po kg canela em rama gr para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1154	28/03/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	267,83	267,83	267,83	Aquisicao de generos de alimentacao Carne suina de 1 Coxa e Sobrecoxa de frango para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4405	20/10/2016	DEBONA DEBONA ITDA	2.340,41	2.340,41	2.340,41	Aquisicao de generos de alimentacao casquinha de sorvete Sorvete de soja 02 lts Sorvete moreninho para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2728	01/07/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	344,33	344,33	344,33	Aquisicao de generos de alimentacao Cebola logurte 01lt Carne bovina Moida para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4400	20/10/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	951,50	951,50	951,50	Aquisicao de generos de alimentacao Cuca recheada kg Bolacha para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3845	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	255,85	255,85	255,85	Aquisicao de generos de alimentacao Erva doce Apti 12gr Milho verde 200gr Oregano carol 8gr salamoniaco apti 100gr Ervilha 200gr para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3799	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	255,85	255,85	255,85	Aquisicao de generos de alimentacao Erva doce apti 12gr Milho verde 200gr polvilho doce 500gr creme leite 200gr e outros para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1521	15/04/2016	CELSE GALLON ME	3.081,36	3.081,36	3.081,36	Aquisicao de generos de alimentacao Extrato de tomate quero Carne bovina kg farinha de trigo especial 05kg Queijo mussarela para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1641	25/04/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.357,47	1.357,47	1.357,47	Aquisicao de generos de alimentacao Gelatina 01kg Biscoito salgado 800gr colorau daju 500gr e outros para reposicao dpto de Educacao

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4971	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.743,70	1.743,70	1.743,70	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Bolacha Caseira Pao Cachorro Quente Bolo Sabores Kg Torta Cuca Recheada dia da crianca dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4889	01/12/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.111,94	1.111,94	1.111,94	Aquisicao de generos de alimentacao Kg Pao Integral Kg Pao de milho Kg Pao grances para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1382	07/04/2016	AP OESTE DIST E COMERC DE ALIMENTOS LTDA	555,00	555,00	555,00	Aquisicao de generos de alimentacao Leite UHT Integral Piracanjuba 01lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4082	03/10/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	1.390,89	1.390,89	1.390,89	Aquisicao de generos de alimentacao Linguica de pernil 01 Salsicha kg para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3631	01/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.504,27	3.504,27	3.504,27	Aquisicao de generos de alimentacao Maca banana Catura carne Suina de 1 Po de Pudim e outros para reposicao PNAE dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4556	03/11/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.330,02	3.330,02	3.330,02	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne suina 1 Coxa e sobrecoxa de frango e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4976	01/12/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	4.118,56	4.118,56	4.118,56	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne suina de 1 Mamao Formosa para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3256	11/08/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.317,02	3.317,02	3.317,02	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana Caturra Carne Suina de 1 Po p Pudim 01kg Margarina Soya c sal para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4037	20/09/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	4.350,52	4.350,52	4.350,52	Aquisicao de generos de alimentacao Maca Banana caturra carne suina de 1 po p pudim apti baunilha 01kg coxa e sobrecoxa e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3723	01/09/2016	CELSE GALLON ME	3.754,40	3.754,40	3.754,40	Aquisicao de generos de alimentacao Macarrao 01kg Leite realta integral farinha de milho 01kg Acucar mascavo 01kg Cafe pele 200gr e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2729	01/07/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.152,48	1.152,48	1.152,48	Aquisicao de generos de alimentacao mamao formosa banana caturra coxa e sobrecoxa de frango Carne suina de 1 Ovo de Galinha Cantu para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2058	20/05/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	3.346,68	3.346,68	3.346,68	Aquisicao de generos de alimentacao mamao formosa Coxa e sobrecoxa de frango Carne suina de 1 Pcao de milho e outros para alunos da rede municipal de ensino dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	941	01/03/2016	GUILHERME BARP	3.158,03	3.158,03	3.158,03	Aquisicao de generos de alimentacao Neugebaer pirulito mor 500gr Geladinho americano c40 Dupy bala 560gr Parati wafer 115gr para

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Riqueza	Impostos: Educação								alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	540	10/02/2016	GUILHERME BARP	317,48	317,48	317,48	Aquisicao de generos de alimentacao neugebauer pirulito Soberana poca frutti 600gr peccin pirulitto e outros para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1157	28/03/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	3.556,09	3.556,09	3.556,09	Aquisicao de generos de alimentacao Oleo de soja 900ml Cebola logurte 01lt batata monaliza Abacaxi medio e outros para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2051	20/05/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	5.109,27	5.109,27	5.109,27	Aquisicao de generos de alimentacao Oleo de Soja 900ml logurte 01lt Abacaxi medio Amido de milho 1kg e outros para reposicao aos alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4081	03/10/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	732,80	732,80	732,80	Aquisicao de generos de alimentacao Oregano 10gr Carvao carvo 05kg Guardanapo c50 Refrig pepsi 02lt para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3094	01/08/2016	CELSO GALLON ME	4.027,81	4.027,81	4.027,81	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances 50gr Queijo Mussarela kg Carne Bovina kg Maca kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4036	20/09/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	1.063,15	1.063,15	1.063,15	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances pao de milho pao integral para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2591	01/07/2016	CELSO GALLON ME	4.646,51	4.646,51	4.646,51	Aquisicao de generos de alimentacao Pao frances Queijo mussarela carne bovina kg Maca kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1489	15/04/2016	SUPERMERCADO NAIBO LTDA ME	1.402,43	1.402,43	1.402,43	Aquisicao de generos de alimentacao Pao integral dipaes Ovo vermelho grande Banana Caturra Mamao formosa para alimentacao aos alunos dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	781	01/03/2016	GUILHERME BARP	49,00	49,00	49,00	Aquisicao de generos de alimentacao Parati cereal granofibra diversos sabores para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4974	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	582,50	582,50	582,50	Aquisicao de generos de alimentacao Pirulito diversos sabores Refrig 02lts Guardanapo c50 para reposicao dia das crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1189	28/03/2016	CELSO GALLON ME	4.221,04	4.221,04	4.221,04	Aquisicao de generos de alimentacao Queijo mussarela 01kg Extrato de tomate quero Cafe pele 200gr Pao frances 50gr Maca Kg para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1156	28/03/2016	CELSO GALLON ME	3.055,40	3.055,40	3.055,40	Aquisicao de generos de alimentacao Queijo mussarela 01kg Fermento quimico cravo da india maca kg Farinha de milho realta 01kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura	01 - Receitas de	361	4038	20/09/2016	CELSO GALLON ME	4.426,85	4.426,85	4.426,85	Aquisicao de generos de alimentacao Sagu dona 500gr macarrao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Riqueza	Impostos e Transf de Impostos: Educação								casaredo 01kg Farinha de milho 01kg Acucar crustal 01kg Queijo mussarela kg Sal refinado garca kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4973	01/12/2016	COMERCIAL ROSIN LTDA	108,45	108,45	108,45	Aquisicao de generos de alimentacao Salsicha aurora kg para reposicao dia das crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3812	16/09/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	3.179,39	3.179,39	3.179,39	Aquisicao de generos de alimentacao Toamte kg Abacaxi Und Vinagre alcool 3lt Cenoura kg Arroz panelaco 05kg para reposicao dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2054	20/05/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.287,18	1.287,18	1.287,18	Aquisicao de generos de alimentacao Tomate kg Sal refinado 01kg Colorau 500gr File Sassami 01kg Gelatina 01kg e outros para reposicao aos alunos da rede municipal de ensino dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4975	01/12/2016	MERCADO RIQUEZA LTDA ME	1.739,88	1.739,88	1.739,88	Aquisicao de generos de alimentacao Wafer Yupi 115gr Refrig 237ml para fianl do ano crianas dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5019	01/12/2016	ROMEU JOSE PEREIRA DA COSTA	1.575,00	1.575,00	1.575,00	Aquisicao de generos de alimentacao para funcionarios motoristas em atividade dpto de Educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1649	25/04/2016	PADARIA E CONFEITARIA RIQUEZA LTDAME	381,60	381,60	381,60	Bolo sabores variadosAquisicao de 24kg de bolo diversos sabores para Palestra em comemoracao ao Dia das Maes
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2001	20/05/2016	CELSO GALLON ME	215,00	215,00	215,00	Pao de cachorro quente 50 gAquisicao de generos de alimentacao gincana cultural para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3372	15/08/2016	COOPERATIVA A1	19,80	19,80	19,80	Pirulitos mediosAquisicao de generos de alimentacao Pirulito maca morango 480gr para reposicao dpto de educacao
Prefeitura Municipal de Riqueza	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4273	18/10/2016	MARELINE SCHMITT	4.500,00	4.500,00	4.500,00	Servicos destinados a locacao de brinquedos inflaveis nos dias 05 e 06 de Outubro de 2016 em comemoracao ao dia das crianas
<b>TOTAL</b>						<b>133.126,15</b>	<b>133.126,15</b>	<b>133.126,15</b>	

### Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS											
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)						SUPERÁVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
01	-621.645,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-621.645,86	0,00	0,00	-621.645,86	DÉFICIT
02	-315.538,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-315.538,52	0,00	0,00	-315.538,52	DÉFICIT
03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
07	124,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,61	0,00	0,00	124,61	SUPERAVIT
08	814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814,40	0,00	0,00	814,40	SUPERAVIT
09	28.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.041,41	0,00	0,00	28.041,41	SUPERAVIT
10	25.498,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.498,13	0,00	0,00	25.498,13	SUPERAVIT
11	14.698,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.698,65	0,00	0,00	14.698,65	SUPERAVIT
12	11.949,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.949,14	0,00	0,00	11.949,14	SUPERAVIT
18	-576.756,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-576.756,32	0,00	0,00	-576.756,32	DÉFICIT
19	591.425,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591.425,47	0,00	0,00	591.425,47	SUPERAVIT
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
32	124.958,40	0,00	242.100,00	0,00	0,00	0,00	-117.141,60	0,00	0,00	-117.141,60	DÉFICIT
33	51.918,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.918,03	0,00	0,00	51.918,03	SUPERAVIT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

34	123.887,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.887,93	0,00	0,00	123.887,93	SUPERAVIT
35	117.145,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.145,67	0,00	0,00	117.145,67	SUPERAVIT
36	69.004,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.004,84	0,00	0,00	69.004,84	SUPERAVIT
37	1.612,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612,11	0,00	0,00	1.612,11	SUPERAVIT
38	467.957,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.957,22	0,00	0,00	467.957,22	SUPERAVIT
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	8.009,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,95	0,00	0,00	8.009,95	SUPERAVIT
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT

88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	<b>123.105,26</b>	<b>0,00</b>	<b>242.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-118.994,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-118.994,74</b>		

B		RECURSOS ORDINÁRIOS							
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)			SUPERÁVIT/DÉFICIT	
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTE QUADRO 42 - DESPESAS NÃO EMPENHADAS/CANCELADAS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA		
0	1.781.202,49	0,00	7.562,96	700,00	0,00	0,00	1.772.939,53	SUPERAVIT	
T.	<b>1.781.202,49</b>	<b>0,00</b>	<b>7.562,96</b>	<b>700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.772.939,53</b>		

<sup>i</sup> Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, p. 119.

<sup>ii</sup> idem

**Cálculo Detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:**

RECURSOS VINCULADOS												
FR	A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*	B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B +/- AJUSTES)	CUMPRIU/DESCUMPRIU	
		DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016					
			DE ANTERIORES	EXERCÍCIOS ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	2º E 3º QUADRIMESTRES		NÃO EMPENHADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS				EMPENHADAS E CANCELADAS
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
1	-621.645,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-621.645,86	DESCUMPRIU	
2	-315.538,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-315.538,52	DESCUMPRIU	
3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	
7	124,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,61	CUMPRIU	
8	814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814,40	CUMPRIU	
9	28.041,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.041,41	CUMPRIU	
10	25.498,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.498,13	CUMPRIU	
11	14.698,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.698,65	CUMPRIU	
12	11.949,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.949,14	CUMPRIU	
18	-576.756,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-576.756,32	DESCUMPRIU	
19	591.425,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	591.425,47	CUMPRIU	
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU	





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

32	124.958,40	0,00	0,00	242.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-117.141,60	DESCUMPRIU
33	51.918,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.918,03	CUMPRIU
34	123.887,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.887,93	CUMPRIU
35	117.145,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.145,67	CUMPRIU
36	69.004,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.004,84	CUMPRIU
37	1.612,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.612,11	CUMPRIU
38	467.957,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.957,22	CUMPRIU
39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
62	8.009,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.009,95	CUMPRIU
63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU

86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	CUMPRIU
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>											<b>-1.054.325,98</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>												
<b>A -DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA*</b>		<b>B - OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>								<b>AJUSTES</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A – B +/- AJUSTES)</b>	<b>CUMPRIU/DESCUMPRIU</b>
<b>FR</b>	<b>VALOR REGISTRADO</b>	<b>DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>			<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016</b>					
			<b>DE ANTERIORES ATÉ O 1º QUADRIMESTRE</b>	<b>2º E 3º QUADRIMESTRES</b>	<b>NÃO EMPENHADAS</b>		<b>Inscritas em RP Não PROCESSADOS</b>	<b>EMPENHADAS E CANCELADAS</b>				
0	1.781.202,49	0,00	0,00	7.562,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773.639,53	CUMPRIU